

Painel

SILVIO NAVARRO (interino) painel@uol.com.br

Linha de frente

Depois de ouvir os ministros Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Nelson Jobim (Defesa) sobre o texto do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, o presidente Lula deverá indicar integrantes do alto escalão para compor o grupo encarregado de elaborar o projeto de lei destinado a tratar do funcionamento da comissão da verdade, pivô da crise com militares. "Para que depois ninguém diga que não leu o documento", diz um auxiliar do presidente.

Como o decreto prevê que o grupo seja chefiado pela Casa Civil, o nome mais forte em circulação no Palácio do Planalto para comandar o debate é o de Erenice Guerra, secretária-executiva da pasta e desde sempre braço direito da ministra Dilma Rousseff.

Zíper. O vice-presidente José Alencar foi o único a mencionar a discórdia sobre o programa de direitos humanos ontem na reunião da coordenação do governo. Falou em tom elogioso a Vannuchi, mas Lula cortou logo o assunto.

Gaveta. A polêmica também bate à porta do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Desde fevereiro do ano passado, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) aguarda que a Procuradoria emita parecer sobre a ação que questiona a amplitude da Lei da Anistia. A entidade pede que a tortura seja considerada crime sem prescrição.

Ultimato. Presidente da OAB, Cezar Brito diz que se queixará da demora na análise do caso em fevereiro ao Conselho Nacional do Ministério Público. A Procuradoria, entretanto, alega não ter prazo para a entrega. Depois disso, a ação será julgada pelo Supremo Tribunal Federal — o relator é Eros Grau.

Na pele. Antecessor de Paulo Vannuchi no ministério, o petista Nilmário Miranda afirma: "Não existe revanchismo no debate nem o poder ser partidário. Quem atuou nos porões está reformado. Os militares hoje têm sentimento nacional, mas são contra a revisão histórica".

Escola. Lula comemorou na reunião de coordenação o fato de, segundo ele, ministros terem adquirido "papel relevante" no exterior na esteira da crise financeira mundial. Citou Guido Mantega (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

O cara. No ano em que foi badalado por sua popularidade internacional, Lula recebeu menos chefes de Estado ou de governo. Em 2009, foram 32, contra 40 em 2003.

Tiroteio

A Dilma já aprendeu como o Lula e quando resolver comentar o programa de direitos humanos vai dizer que não sabia de nada.

Do senador **SÉRGIO GUERRA** (PT), presidente do PSDB, sobre o silêncio da ministra da Casa Civil diante da polêmica causada pelo terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos.

Contraponto

O que é isso, companheira?

Ao chegar a Copenhague para a conferência do clima em dezembro, a candidata vende Marina Silva (AC) foi recebida por uma comitiva e levada em seguida ao hotel para descansar. Presidente do PV do Rio, o vereador Alfredo Sirkis não se contenta com a simplicidade dos quartos, cuja mobília se resumia a cama, com um par de cadeiras e uma mesinha: — Isso aqui parece mais um aparelho da época da clandestinidade! —, brincou Sirkis.



Após reação da igreja, Lula recua sobre defesa do aborto

Presidente determina revisão de trecho polêmico do programa de direitos humanos

Outra alteração no plano será introduzida no eixo do documento que trata dos excessos praticados no contexto da ditadura militar

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

Após reação da Igreja Católica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou revisão do trecho que defende o aborto no decreto (assinado por ele) que instituiu o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, alegando que o texto não traz a posição do governo. Haverá alteração ainda no trecho sobre a apuração de excessos praticados na ditadura.

Pela nova redação, o documento deverá manifestar uma defesa genérica do aborto, exclusivamente dentro dos limites estabelecidos por Lula nos seus discursos: no contexto de saúde pública — para salvar a vida da mãe, por exemplo. As críticas ao documento devem, portanto, se deslocar da área religiosa para as entidades ligadas às questões da mulher.

Como foi publicado pelo "Diário Oficial da União", no dia 22 de dezembro, o plano estabelece "apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos".

Na nova redação, será suprimida a parte que fala da autonomia, pois caracteriza apoio à decisão íntima de interromper a gestação, mas não é a posição do governo e de Lula.

Em discurso pelo Dia Internacional da Mulher, em março de 2009, ele declarou ser, "como cristão, contra o aborto".

A legislação atual só permite o aborto, desde que praticado por médico, nos casos de estupro ou de risco de morte da mãe. Nos demais casos, a gestante que aborta pode ser punida com detenção de até três anos, e o médico ou outra pessoa que promove o aborto pode ter pena de reclusão de até 20 anos.

Em reunião ontem, Lula disse querer "resolver isso logo" porque a polêmica sobre o caso foi grande e desproporcional.

A revisão do documento está sob responsabilidade da Casa Civil, chefiada por Dilma Rousseff. Ela está sendo poupada dos debates sobre o plano.

A origem da principal polêmica é a criação da comissão da verdade, na diretriz 23, que co-



O presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff durante reunião

[+] DITADURA: LULA DEFENDEU COMISSÃO DA VERDADE PARA APURAR TORTURAS

Em texto de três páginas na abertura do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, Lula diz que o objetivo da comissão — motivo de crise militar no governo — é "promover esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores". A publicação foi distribuída em dezembro no Ministério da Justiça.

locou em lados opostos o Ministério da Defesa e a Secretaria de Direitos Humanos, que fez a redação final do plano.

Uma fórmula considerada de meio-termo seria mudar a parte em que o plano determina investigações de violações de direitos humanos cometidas pela "repressão política", que significa apurar só os crimes de tortura e não cometidos pelos agentes do Estado.

A expressão seria suprimida, deixando que um projeto de lei enviado ao Congresso especificasse os alvos da apuração.

A Casa Civil ainda analisa a viabilidade dessa forma, enquanto Lula chama Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) para conversar entre hoje e amanhã pa-

ra chegar a um consenso.

Para o governo, a questão é, no fundo, de ordem semântica.

A revisão promovida pela Casa Civil abrange a questão do aborto e da comissão da verdade, mas não contempla polêmicas levantadas por ruralistas e de direito à informação. Na versão do Planalto, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) só reclamou do texto "para satisfazer a sua base eleitoral".

No caso da imprensa, será mantida a expressão "controle social e democrático" do Estado sobre os meios de comunicação, pois trata-se de "posição de governo".

Colaborou a S. C. n. l de Brasília

➔ LEIA MAIS A6

➔ **MANIFESTAÇÃO**
Grupo contra Arruda protesta na Câmara do DF; ontem, base aliada conseguiu maioria em todas as comissões que vão apurar denúncias de corrupção Pág. A7

Câmara debate temas há anos, sem avanços

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Assuntos que estão no decreto assinado pelo presidente Lula sobre direitos humanos já são discutidos no Congresso há anos. E, mesmo com o apoio da base aliada ao governo, não conseguem avançar por falta de acordo.

É o caso de um projeto de lei de 1991, que propõe a descriminalização do aborto. Ele está tramitando em conjunto com um texto proposto pelo deputado José Genoino (PT-SP), aliado de Lula.

As duas propostas foram rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 2008, mas, após um recurso do petista, o tema terá que ser discutido no plenário.

Outro assunto tratado no decreto, o apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo, é tema de proposta que tramita na Câmara desde 1995. O texto, de Marta Suplicy (PT), chegou a ser colocado para votação em 2001, mas foi retirado por falta de acordo. Continua parado.

A taxação das grandes fortunas também já foi discutida algumas vezes. A última tentativa do PT de votar o assunto foi com uma emenda discutida juntamente com a reforma tributária, que está parada na Câmara há meses.

Reforma na Lei de Execução Penal e desenvolvimento de mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos são outros exemplos de temas que estão no decreto e não vão para a frente por falta de consenso.

Um dos assuntos que geraram mais polêmica no programa, o que sugere o controle social das atividades econômicas, de instituições públicas e privadas e da mídia também é pauta de diversos textos no Congresso, com dezenas de redações diferentes.

(MARIA CLARA CARVAL)

Presidente pressiona para baixar preço de caça

Escolhido por Lula, avião francês ficou em 3º em relatório da FAB e custa o dobro do suco, 1º colocado

DA COLUNISTA DA FOLHA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

De volta das férias, o presidente Lula indicou ontem a interlocutores que mantêm sua preferência pela França para o fornecimento dos próximos caças da FAB (Força Aérea Brasileira), mas conta com uma nova rodada de pressões sobre a fabricante do avião Rafale, a francesa Dassault, para tentar obter melhores condições de preço.

A compra inicial, de 36 aviões, pode chegar a R\$ 10 bilhões. A principal desvantagem do Rafale está justamente no preço: apesar das promessas do presidente Nicolas Sarkozy de que a Dassault cobraria do Brasil os valores pagos pelo governo francês, isso não ocorreu na

fase de seleção técnica. A intenção é conseguir isso agora.

O Rafale ficou em último lugar no relatório feito pela FAB. O suco Saab Gripen NG foi o primeiro, e o F-18 da Boeing norte-americana, o segundo. O francês custa mais do que o americano, considerado o melhor do mundo, e o dobro do suco, ainda um protótipo.

O custo de manutenção do Rafale pelos 30 anos de vida útil também é superior ao dos concorrentes, mas a área política do governo diz desconsiderar esse fator devido a dois outros: a aliança estratégica Brasil-França e a qualidade do Rafale.

Para a FAB, o suco Saab seria o mais conveniente não só por preço e custo de manutenção, mas pelo pacote de trans-

ferência de tecnologia para a indústria nacional.

Na avaliação política, porém, o suco tem dois problemas "graves": o principal é que não se trata de um produto pronto.

O outro é que ele é montado com peças e componentes dos Estados Unidos e da Europa, o que poderia criar dificuldades para o Brasil em caso de fabricação nacional ou de venda para o exterior.

O F-18 dos EUA ficou praticamente sem padrinhos no governo, traumatizado pelo veto de Washington à venda de aviões Super Tucano da Embraer para a Venezuela, por conterem peças americanas.

O relatório da FAB foi entregue oficialmente na semana passada ao ministro da Defesa,

Nelson Jobim, mas não tem sido capaz de demover ministros e assessores do presidente, como o próprio Jobim, Celso Amorim (Relações Exteriores) e Marco Aurélio Garcia (assessor internacional).

Jobim estudou o relatório nos últimos três dias e disse que poderia rever o peso dos itens considerados no processo que deu a vitória ao suco.

Lula tem autonomia para escolher, ouvindo o apenas consultivo Conselho de Defesa Nacional. A decisão pode sair o quanto antes, porque as negociações do contrato podem durar meses e entrar pela fase de campanha eleitoral no Brasil, o que nem os militares nem os civis do governo querem. (ELIANE CANTANHÊDE e SIMONE GLESIAS)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.